

Megaeventos esportivos: reflexões sobre sustentabilidade e suas relações com o turismo

Mega sporting events: reflections on sustainability and its relations with tourism

Tassiana Hille Pace (PACE, T. H.)^{*}

Letícia Peret Antunes Hardt (HARDT, L. P. A.)^{**}

RESUMO – A temática dos megaeventos esportivos é recorrente, colocando em primeiro plano diversas condicionantes para as cidades que os sediam. Algumas das principais áreas afetadas pelos grandes eventos são a sustentabilidade e o turismo, este último porque movimenta milhares de pessoas para as sedes dos jogos. Para verificar alguns dos quesitos envolvidos no processo de planejamento, o artigo objetiva expor reflexões sobre as relações entre megaeventos esportivos e questões ambientais, com foco em princípios de sustentabilidade e socioeconômicos, especialmente sob a ótica do turismo, recorrendo-se, para tanto, a exemplos anteriores, elencando benefícios e adversidades nas últimas sete edições dos Jogos Olímpicos de Verão. Baseado em teorias e conceitos discutidos em investigações precedentes, o estudo utiliza, essencialmente, fontes de pesquisa documental como principal abordagem metodológica. Os resultados apontam que a maioria das ações dos eventos anteriores foi pontual e isolada, não produzindo legados significativos para as cidades e para as populações locais.

Palavras chave: Megaeventos; Sustentabilidade; Turismo; Legados.

ABSTRACT – The thematic of mega sporting events is recurrent, putting in first plan several conditions for the cities that host them. Some of the main areas affected by big events are sustainability and tourism, this last one because moves thousands of people to the games sites. To verify some of the questions involved in the planning process, the article aims to expose reflections on the relations between mega sporting events and environmental issues, focusing on principles of sustainability and socioeconomic, especially under the perspective of tourism, and for that, it resorts to previous examples, specifying benefits and adversities of the last seven editions of the Summer Olympics Games. Based on discussed theories and concepts in preceding investigations, the study uses, essentially, sources of documentary research as main methodological approach.

^{*} Formação: Graduação em Turismo (Bacharelado); Especialização em Gestão Hoteleira, Eventos e Gastronomia; Mestrado em Gestão Urbana e Doutorado em Gestão Urbana, todos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Diretora da Gaiatur Viagens e Turismo. Endereço físico para correspondência: Avenida João Gualberto, 1.442, sobreloja 3. CEP: 80.030-001 – Curitiba – Paraná (Brasil). Telefone para contato: 55 (41) 9237-3897. E-mail: tassihpace@gmail.com

^{**} Formação: Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Especialização em Paisagismo pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Mestrado e Doutorado em Engenharia Florestal, Conservação da Natureza, pela UFPR. Atividade profissional: Professora Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo (PUCPR); Professora Aposentada do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFPR). Coordenadora do Curso de Especialização em Arquitetura da Paisagem (PUCPR). Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU – Mestrado e Doutorado/PUCPR). Sócia Administradora da Hardt Planejamento S/S Ltda. Endereço físico para correspondência: Rua Camões, 1.560, Hugo Lange. CEP: 80.040-180 – Curitiba – Paraná (Brasil). Telefone para contato: 55(41)3363-1213. E-mail: l.hardt@pucpr.br

The results indicate that most of the actions of these events were punctual and isolated, they did not produce a significant legacy for the cities and local populations.

Key words: Mega events; Sustainability; Tourism; Legacies.

1 INTRODUÇÃO

Tema recorrente na literatura nacional e internacional, o acontecimento de um megaevento coloca em evidência uma série de condicionantes para a sua sede e um conjunto de possibilidades para que se possa construir uma agenda para o futuro. Entretanto, no planejamento de um evento de grande porte ficam, muitas vezes, esquecidos os seus legados, os quais incluem os destinos – positivos ou negativos – das intervenções realizadas para a sua efetiva concretização (GADENS; HARDT; FREY, 2011).

Para a realização dos próximos megaeventos esportivos no Brasil, há indícios de que o tempo não será suficiente para a implantação de todos os projetos que têm sido desenvolvidos no papel, até porque não houve suficiente discussão com segmentos da sociedade civil e com instituições de competência urbanística (LE BEL, 2011). Além disso, há o fato de que a América Latina nunca sediou anteriormente Jogos Olímpicos, colocando ainda mais em evidência o nome do país e, em específico, o da cidade do Rio de Janeiro.

Porém, o momento é propício para outros investimentos em melhorias urbanas, além dos equipamentos direcionados a esses eventos, o que conduz a indagações sobre a magnitude dos seus decorrentes impactos em relação ao equilíbrio do ambiente, às condições sociais e às condicionantes econômicas, bem como sobre a efetividade desses acontecimentos na elevação da qualidade de vida nas cidades.

Para Seixas (2010), as experiências referentes a Jogos Olímpicos e a Copas do Mundo de Futebol em outras cidades no exterior mostram a ocorrência de impactos urbanos importantes e também profundamente inquietantes em termos de transformações ambientais, sociais e econômicas.

Perante as assertivas anteriores, o presente artigo objetiva expor reflexões sobre as relações entre megaeventos esportivos e questões ambientais, com foco em princípios de sustentabilidade, e socioeconômicas, especialmente sob a ótica do turismo. Para tanto, recorre-se a exemplos anteriores, elencando seus benefícios e adversidades.

Baseado em teorias e conceitos discutidos em investigações anteriores, o estudo utiliza, essencialmente, fontes de pesquisa documental. Assim, foi realizado o levantamento dos aspectos positivos e negativos das últimas sete edições dos Jogos

Olímpicos, ou seja, um período de aproximadamente duas décadas para identificação das disparidades e consensos nos quesitos de sustentabilidade e turismo na realização desses megaeventos.

2 GESTÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Megaeventos são acontecimentos que, na maioria das vezes, têm resultados permanentes, positivos ou negativos, nos locais que os sediam, associados, em geral, à criação de infraestrutura e comodidades (ROCHE, 1994), sendo comuns as tipologias vinculadas a competições esportivas.

Segundo Villano e Terra (2008), os megaeventos podem ser caracterizados por curta e preestabelecida duração e por presença de grande público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro (principalmente do setor público), efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da cidade-sede.

Alguns importantes megaeventos esportivos da atualidade, como os Jogos Pan-Americanos, as Olimpíadas Militares, as Copas do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, vêm, entre outros, atraindo significativos investimentos por parte de patrocinadores e governos, ganhando cada vez mais espaço na mídia e figurando como um dos mais importantes fenômenos socioculturais (VILLANO; TERRA, 2008).

Os Jogos Olímpicos são realizados a cada dois anos, alternando em de inverno, com atividades na neve, e de verão, com a prática de mais de 20 modalidades esportivas (OLYMPIC, 2013). Ao longo dos mais de cem anos de história, as Olimpíadas modernas se converteram gradativamente em oportunidades para a realização de transformações urbanas, sendo possível até mesmo se falar de um “urbanismo olímpico” para tratar dos impactos nas cidades promovidos pelos vultosos recursos envolvidos na organização do evento (RAEDER, 2011). A eleição de uma cidade-sede para os Jogos Olímpicos é crucial para a evolução dos megaeventos esportivos, devendo ser levados em conta muitos outros aspectos além dos arranjos políticos e econômicos no momento do pleito.

Rubio (2005) esclarece que as Olimpíadas deixaram de ser um evento europeu há mais de 60 anos. Segundo a mesma autora, durante esse período, os chamados “Jogos de Verão” percorreram a Oceania (duas vezes), a América do Norte (quatro vezes), a Ásia (três vezes) e a Europa (seis vezes) e, em 2016, pela primeira vez estarão na América Latina.

Preuss (2008) comenta que, a partir de 1950, os investimentos em megaeventos esportivos têm crescido notavelmente e os custos para sediar os Jogos Olímpicos, por exemplo, são claramente muito superiores na atualidade. O autor ainda informa que os gastos com a operacionalização dos Jogos Olímpicos de Verão de Munique, em 1972 na Alemanha, ficaram próximos de US\$ 550 milhões, enquanto nos de Sydney, em 2000 na Austrália, ultrapassaram US\$ 1,2 bilhão, demonstrando as dimensões do significado das sedes de tal evento e do seu potencial de alteração da dinâmica de uma localidade.

Para a sua efetivação, há necessidade dos pretendentes construírem a infraestrutura mínima para a sua adequação aos padrões exigidos para esse fim. Não se pode esperar, portanto, que um conjunto de obras estruturantes seja executado somente depois da escolha da sede, uma vez que demanda tempo e investimentos de diversas ordens. Cada vez mais incorporado ao imaginário da população da cidade postulante, o desejo de abrigar grandes eventos facilita a construção dos equipamentos faltantes, os quais, dentro de uma perspectiva cidadã de seu uso, seriam prontamente incorporados ao cotidiano da vida urbana após a sua realização (RUBIO, 2005).

Dentre outros aspectos, o deslocamento de moradores, a emissão de gases poluentes e o desperdício de água e energia constituem pontos significativos quando se coloca em discussão a gestão sustentável das relações entre esporte e ambiente, tanto no que se refere à competição propriamente dita quanto no que se relaciona com o lazer e com o turismo (RUBIO, 2005).

As preocupações com as condições ambientais adquirem importância a partir do momento em que o crescimento acontece de forma desenfreada, defrontando-se, atualmente, com uma série de problemas globais, danificando, de maneira alarmante, a biosfera e a própria vida humana. Para Capra (2006), esses problemas são sistêmicos, ou seja, interligados, sendo, nesse âmbito, as únicas soluções viáveis aquelas de caráter sustentável. Sua concepção é, por decorrência, um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, vista a dificuldade de criação de ambientes sociais e culturais onde seja

possível satisfazer as necessidades e aspirações presentes sem diminuir ou comprometer as perspectivas para gerações futuras, o que consiste em princípio básico da sustentabilidade (HARDT, 2006).

Dessa forma, as competições esportivas deveriam ser realizadas visando ao estímulo da consciência ambiental e da compreensão do significado do desenvolvimento sustentável, ultrapassando o tradicional conceito de crescimento econômico (SANTOS; HARDT, 2013). A adoção, pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), de uma agenda ambiental em meados da década de 1990 influenciou as licitações subsequentes para a eleição de sedes dos jogos, e seu sucesso ou fracasso são agora também julgados sob esse aspecto (LEME, 2008).

Durante a década de 1990, o COI reforçou formalmente sua posição ambiental, sobretudo por influências originadas da Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas de 1992 no Rio de Janeiro. Neste período, foi criada a Agenda 21, então redigida com base na concepção do desenvolvimento sustentável (*sustainability*) que se tornou parte da agenda global das Nações Unidas. O COI respondeu aos requisitos de responsabilidade ambiental apostos à Agenda 21, adotando o conceito de sustentabilidade para regular os Jogos, e mais tarde em 1995, o meio ambiente se tornou o “terceiro pilar” dos objetivos olímpicos (juntamente com o esporte e a cultura). Neste propósito, a própria Carta Olímpica foi emendada para abrigar o nexos ambientalista (LEME, 2008, p. 214).

Para Leme (2008), apesar das preocupações ambientais das administrações das cidades-sede só aparecerem na metade dos anos 1990, algumas já mostravam melhorias diretamente intencionadas nesse sentido ou por consequência da própria regeneração urbana. Esse autor comenta que, por exemplo, os Jogos de Seul, realizados em 1988 na capital da Coreia do Sul, representaram uma oportunidade única para melhorias significativas no meio local, tais como a maior eficiência do transporte público, que, como resultado, produziu a redução da quantidade de veículos circulantes e a elevação da qualidade do ar, a qual, por sua vez, diminuiu a proporção de pessoas atingidas pela poluição atmosférica.

Por sua vez, os Jogos de Barcelona, em 1992 na Espanha, e de Atlanta, em 1996 nos Estados Unidos da América, não contemplaram a proteção ambiental e a sustentabilidade como prioridades nos seus respectivos processos de planejamento; no entanto, a regeneração urbanística de Barcelona forneceu bons exemplos de melhoria do ambiente, como o controle da poluição dos rios e o gerenciamento de desperdício de água (LEME, 2008). Da mesma maneira e de acordo com a mesma fonte, foram

implementadas experiências com “tecnologias limpas” em Atlanta, tais como painéis solares e luminosidade com baixo custo de energia.

Com acentuado enfoque ambiental, os Jogos de Sydney, em 2000 na Austrália, destacaram-se pela recuperação de uma área degradada (Homebush Bay) pela poluição gerada por décadas de atividade industrial (LEME, 2008; MATIAS, 2008). Essas foram, inclusive, as primeiras Olimpíadas a serem examinadas pelo Greenpeace¹, que emitiu um relatório detalhado e razoavelmente positivo. De acordo com as mesmas fontes, a cidade constituiu, então, um marco da história dessas competições, sendo reconhecida como a sede dos primeiros “Jogos Olímpicos Verdes”.

De acordo com Matias (2008), pode ser apontado como destaque em Sydney, o chamado “sistema de transportes sem carros”, sendo os primeiros jogos em que a maioria dos espectadores compareceu às competições utilizando o transporte público, principalmente pelo fato de que novas linhas de trem foram construídas para propiciar uma alternativa de deslocamento menos poluente e mais eficiente; além disso, os usuários que portavam ingresso para os jogos tiveram direito à gratuidade para uso do sistema. Segundo a mesma fonte, a vila olímpica, com 665 residências, foi provida com o maior complexo de energia solar do mundo à época.

Todavia, apesar das preocupações ecológicas, passado o evento, percebeu-se que as instalações eram demasiadamente grandiosas para o número de habitantes da cidade e da região, retornando a discussão sobre a utilização dos equipamentos construídos exclusivamente para esse fim (RUBIO, 2005).

Apesar da concentração das instalações desportivas em área específica da malha urbana, a cidade-sede australiana enfrenta, nos dias atuais, a despeito do seu sucesso ambiental, problemas com a manutenção dos equipamentos subutilizados. Para Raeder (2010), esse mesmo problema se repetiu em Atenas, em 2004 na Grécia, e em Pequim (Beijing), em 2008 na China, sendo maiores as dificuldades de soluções para a primeira cidade devido à atual crise econômica do país. No entanto, conforme o mesmo autor, a capital chinesa, com suas imponentes arenas, foi palco para a demonstração de força da potência emergente, que promoveu grandes transformações urbanísticas para a sua apresentação ao mundo.

¹ Organização global cuja missão é proteger o meio ambiente, promover a paz e inspirar mudanças de atitudes que garantam um futuro mais equilibrado para esta e para as futuras gerações (GREENPEACE, 2013).

Os governantes das cidades que sediam grandes eventos esportivos se deparam com desafios semelhantes àqueles enfrentados nas edições anteriores, com destaque para o tema da sustentabilidade, principalmente com foco na redução de gastos com energia e na despoluição da água, dentre outros (RAEDER, 2010).

Assim, torna-se necessário o desenvolvimento de reflexões sobre futuros usos para o que será erguido para grandes eventos. Broudehoux (2010) sugere, por exemplo, que uma vila olímpica pode se transformar, posteriormente, em local de habitação, a ser vendido para classes de menor poder aquisitivo, como no caso de Londres, que converteu mais da metade das unidades da vila em moradia popular.

Durante a pesquisa, um dos principais impactos sociais negativos diagnosticados foi o desalojamento ou realocação da população local (Quadro 1). Bellen (2006) coloca que, sob as perspectivas geográfica e cultural, a sustentabilidade pode ser alcançada por meio da melhoria da distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, seguindo um caminho de modernização sem rompimento da identidade local, dentro de contextos espaciais específicos.

QUADRO 1 – RESUMO DE IMPACTOS DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 1988 A 2012 NA GESTÃO E NA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS RESPECTIVAS CIDADES-SEDE

CIDADE-SEDE	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Seul, Coreia do Sul, 1988, XXIVª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - recuperação da vida aquática nos rios (limpeza do contaminado rio Hang) - plantio de árvores em diversos parques - redução da poluição do ar (monitoramento por computador) - controle da intensidade de ruídos 	<ul style="list-style-type: none"> - inexistência de eficientes programas de conscientização ambiental
Barcelona, Espanha, 1992, XXVª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - abertura da cidade para o mar - formação de praias - implantação de áreas verdes - alteração no uso do solo, gerando parques urbanos, novas centralidades e monumentalidades na periferia, além de refuncionalização de áreas obsoletas (fábricas fechadas, terminais ferroviários subutilizados etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> - desconsideração da proteção ambiental e da sustentabilidade como partes significativas do planejamento do evento
Atlanta, Estados Unidos da América, 1996, XXVIª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - experiências com “tecnologias limpas” (especialmente painéis solares e a luminosidade com baixo custo de energia) 	<ul style="list-style-type: none"> - inexistência de projetos de educação ambiental - posterior demolição completa de obras construídas somente para o evento
Sydney, Austrália, 2000, XXVIIª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - despoluição dos arredores de Homebush Bay - proteção das zonas úmidas de Sydney - remoção de 9.000 m³ de lixo - reciclagem de água para uso em descarga de sanitários e em rega de jardins 	<ul style="list-style-type: none"> - grande diminuição no investimento de fontes de recursos não renováveis na fase pós-evento - utilização de substâncias agressoras à camada de ozônio nos sistemas de refrigeração e ar condicionado

	<ul style="list-style-type: none"> - utilização de iluminação e ventilação natural - reciclagem de materiais de construção - criação do “sistema de transporte sem carros”, constituindo os primeiros jogos com a maioria dos espectadores das competições usando transporte público, inclusive com gratuidade (construção de novas linhas de trem para redução da poluição e ampliação da eficiência do sistema) 	
Atenas, Grécia, 2004, XXVIIIª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - utilização da “Agenda 21” para a separação do lixo e para a educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - baixa utilização de energias renováveis (como a solar) - discreta implementação do projeto de reciclagem de lixo
Pequim, China, 2008, XXIXª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - adoção de medidas de diminuição da poluição do ar (como ônibus movidos a hidrogênio) - criação de cursos e campanhas de conscientização da população sobre a conservação ambiental - renovação de 640 quilômetros de tubulações de esgoto - criação de dois gasodutos de gás natural 	<ul style="list-style-type: none"> - ampliação dos problemas de saneamento pelas moradias irregulares criadas pela grande quantidade de pessoas desalojadas - alto uso de inseticidas em função da infestação de insetos
Londres, Inglaterra, 2012, XXXª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - criação de grupos de trabalho temáticos voluntários para atuação em vários eixos da cidade na conscientização da sustentabilidade para os jogos - recuperação de áreas verdes urbanas degradadas 	<ul style="list-style-type: none"> - relativo insucesso na gestão de energia

Fonte: Elaborado com base em referências consultadas, especialmente em Mascarenhas (2008), em Matias (2008) e em Raeder (2010).

Para Rubio (2005), Seul, Barcelona, Atlanta, Sydney e Atenas foram cidades que protagonizaram competições com profissionalismo na execução de grandes eventos esportivos, tanto na organização como na exploração dos jogos.

A primeira provou sua condição de grande cidade asiática diante da construção de amplas e diferenciadas instalações para sediar as competições, apesar da maioria delas permanecer vazia devido à falta de público (RUBIO, 2005). No entanto, segundo a mesma fonte, Barcelona imprimiria sua marca pela via oposta, a partir de grande reforma urbanística, que incluiu desde a restauração de inúmeros monumentos até a construção de novas linhas de metrô, transformando-se, por alguns anos, em um verdadeiro canteiro de obras. Para aquela autora, essa realização contou com a aquiescência da população, que, envolvida com a ideia olímpica, aderiu à sua concretização de forma quase inédita.

Rubio (2005) também comenta que, para Atlanta, a opção se deu por outra via, entrando para a história por sua efemeridade e contrariando os preceitos de legado, pois

ocorreu o imediato esquecimento dos dias de competição. Essa condição é explicada pelo fato de grande parte das instalações utilizadas deixar de existir quando do encerramento das atividades do evento, apesar de sua grandiosidade, pois foram vendidos 11 milhões de ingressos em todo o mundo (RUBIO, 2005).

Conforme Matias (2008), no planejamento dos Jogos Olímpicos de 2000, sediados em Sydney, houve efetiva preocupação com a questão ambiental e com o aproveitamento das obras executadas no período pós-competição. Assim, em termos de conservação de água, metade daquela utilizada na vila olímpica e nas sedes das competições era proveniente do tratamento das chuvas e da purificação do próprio esgoto; por sua vez, em termos de resíduos sólidos, a meta final era de “entulho zero”, isto é, todos os materiais excedentes da preparação da cidade para o evento deveriam ter sido reaproveitados na construção da própria infraestrutura (MATIAS, 2008).

Atenas também foi avaliada positivamente pelo Greenpeace (2004 *apud* LEME, 2008)² por oferecer conveniente ambiente em transporte e infraestrutura, com novas calçadas para pedestres, além de propiciar condições de melhoria nas fachadas dos prédios e de conscientização da população para programas de economia de água (LEME, 2008). No entanto, para o mesmo autor, houve uma série de irregularidades no balanço ambientalista em relação à administração dos gastos e a diversas falhas de gestão.

Os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, mostraram a organização do país, no qual a maioria das obras planejadas encontrava-se em execução antes mesmo do processo de candidatura. Todavia, o acelerado ritmo de crescimento chinês originou graves efeitos de poluição, gerando preocupação para as autoridades locais, que tentaram diminuir os índices antes dos jogos, com o rodízio de veículos e paralização das indústrias mais poluentes (JIA, 2007), o que, porém, não surtiu o resultado desejado.

No caso dos Jogos de Londres de 2012, os legados ainda estão sendo avaliados, mas foram destinadas prioridades à recuperação de áreas ambientalmente degradadas e da zona industrial deprimida, localizadas ao leste da cidade (Canary Wharf), promovendo uma nova paisagem do East End. Entre Stratford e esta zona, a Stratford

² Disponível em: <<http://www.greenpeace.org>>.

High Street já exhibe intensa gentrificação, abrigando hotéis de famosas cadeias internacionais e edifícios de negócios elitizados (BARRETT; DYCKHOFF, 2012).

Diagnostica-se, portanto, a existência de amplo conjunto de variáveis socioambientais a ser considerado na gestão e na sustentabilidade de grandes acontecimentos desportivos. Essa assertiva vem ao encontro do pensamento de Preuss (2008), para quem os sucessos – ou insucessos – da empreitada de sediar um grande evento e dos seus respectivos legados à localidade, estão relacionados a uma série de condicionantes, porque a globalização não pode ser traduzida em benefícios para todas as nações e, atualmente, esse tipo de acontecimento pode acelerar o processo de desenvolvimento de cidades-sede em até 10 anos. Aquele mesmo autor julga importante a candidatura desde que as exigências do processo sejam razoáveis, a municipalidade possa arcar com os custos e a divulgação seja positiva.

Em complementação às considerações anteriores, vale ressaltar a afirmativa de Poyter (2008, p. 127) de que:

Cada cidade ou governo nacional que realizou as Olimpíadas tem utilizado o evento para atingir uma combinação de metas locais e, em alguns casos, nacionais. Para Atlanta (1996), os Jogos foram idealizados para prover um foco para a cidade de modo a torná-la um importante centro de negócios – uma localização para importantes companhias americanas e internacionais. Barcelona (2002) e Atenas (2006) procuraram revitalizar suas respectivas cidades como centros de comércio europeu e turismo, enquanto que Beijing (2008) representa a vitrine de uma economia chinesa que experimenta taxas recordes de crescimento e que busca reconhecimento internacional por seu relativamente recente reingresso no sistema econômico mundial através de associação junto à Organização Mundial de Comércio (WTO) e de sua crescente reputação como o parque industrial (*manufacture workshop*) do mundo.

Outro megaevento de grande destaque mundial, principalmente por abranger uma estrutura muito maior, é a Copa do Mundo de Futebol da FIFA (Fédération Internationale de Football Association; Federação Internacional de Futebol), que elege um país de quatro em quatro anos para sediar os jogos internacionais dessa modalidade esportiva. Seus legados se tornam mais difíceis de serem medidos, pois não estão concentrados em uma única cidade. Todavia, visando à análise comparativa com as Olimpíadas, faz-se adiante uma breve abordagem dos quesitos que podem auxiliar na promoção da sustentabilidade durante a Copa do Mundo da FIFA de 2014 no Brasil. De acordo com informações de E&Y (2010), esse evento, na perspectiva sustentável, deve

seguir critérios adotados pela United Nations Environment Programme (UNEP), com dimensões ambientais, sociais e econômicas integradas em seis áreas prioritárias: mudanças climáticas; desastres e conflitos; manejo de ecossistemas; governança do meio ambiente; substâncias perigosas; e eficiência do uso de recursos naturais.

Para Salvador, Gil e Casagrande Júnior (2012), esse tripé da sustentabilidade – ambiente, sociedade e economia –, também balizador dos megaeventos, precisa se basear na administração dos seus riscos, em um conceito que impeça a degradação do meio, gerando, simultaneamente, riquezas que atinjam diversas camadas da comunidade e garantindo que as futuras populações sejam positivamente afetadas por suas ações. Para aqueles autores, as práticas adotadas devem se voltar à proteção, reciclagem, reutilização e uso responsável dos recursos naturais disponíveis, além da agregação de valor à economia local e da educação dos participantes do evento sobre as vantagens da sustentabilidade, visando legados que ultrapassem o tempo da sua duração, curta no caso das competições esportivas em questão.

A FIFA vem desenvolvendo, desde a Copa da Alemanha, o programa oficial “*The Green Goal*”, com o objetivo, entre outros, de reduzir a emissão de CO₂ [gás carbônico ou dióxido de carbono]. Seu foco envolve quatro aspectos: água, resíduos, energia e transporte. Estima-se que a pegada de carbono da Copa do Mundo 2010 seja de 896.661 toneladas de carbono, com o adicional de 1.856.589 toneladas como parte da contribuição do transporte aéreo. A pegada de carbono mede quanto dióxido de carbono é produzido em todas as atividades (transporte, eletricidade etc.) de uma pessoa, uma empresa, um evento – atividades essas que normalmente utilizam combustíveis fósseis, como petróleo, gás e carvão. A expressão pegada de carbono está relacionada à outra expressão, “pegada ecológica” (do inglês *ecological footprint*), que se refere à quantidade de recursos naturais necessários para sustentar uma determinada população. Excluindo as viagens aéreas na Copa de 2006 na Alemanha, a pegada de carbono da Copa de 2010 na África do Sul será oito vezes maior (E&Y, 2010, p. 16).

Segundo Hall (2012), o desenvolvimento sustentável tornou-se cada vez mais integrado aos objetivos dos megaeventos. Na Copa da África de 2010, essa conexão foi explícita por meio do programa “Football for Hope” (Futebol para Esperança), no qual foram abertos 20 centros para aprendizagem e prática desse esporte pelas comunidades locais, configurando um legado positivo após os jogos.

Na tentativa de maior efetivação das ações previstas para a Copa 2014 e para a devida coordenação dos esforços entre os diferentes entes federativos brasileiros, preservando a autonomia de cada um e atentando ao cumprimento do projeto e das

responsabilidades assumidas por cada cidade-sede, foi criado um instrumento de pacto denominado “matriz de responsabilidades” (BRASIL, 2011). Nele, estão inseridas nove câmaras temáticas – infraestrutura; estádios; segurança; saúde; desenvolvimento turístico; promoção comercial e tecnológica; educação, trabalho e ação social; transparência; e meio ambiente e sustentabilidade – com o objetivo comum de deixar legados positivos em áreas estratégicas do país. Por abranger tema grande importância para o país, ressaltam-se as metas da última câmara citada (Quadro 2), visando enfatizar seus possíveis amplos benefícios.

QUADRO 2 – RESUMO DAS METAS DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DAS CIDADES-SEDE DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 2014 SEGUNDO CÂMARA TÉCNICA E ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR QUESTÕES AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE

CÂMARA TEMÁTICA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	METAS
Meio ambiente e sustentabilidade	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	<ul style="list-style-type: none"> - estruturação de agenda de ações para garantia de legado positivo para as cidades-sede, sensibilizando a sociedade, por meio de metas de promoção da sustentabilidade ambiental com inclusão social - estímulo aos “negócios verdes” - incentivo a ações promotoras de eficiência energética - valorização, promoção e proteção da biodiversidade brasileira - construção de estádios dentro dos padrões de sustentabilidade - utilização racional da água - incentivo à mobilidade e circulação sustentáveis - incentivo ao consumo de produtos orgânicos e sustentáveis - promoção do ecoturismo nos biomas brasileiros - certificação de arenas com padrão adequado de incorporação de práticas sustentáveis de construção e gestão - realização de uma copa sustentável com estimulação da produção de produtos orgânicos no país - criação de parques e reestruturação de reservas naturais - estímulo à coleta de resíduos e respectiva reciclagem - organização de sistemas de gestão de resíduos das cidades-sede e suas regiões metropolitanas - inclusão de destinação adequada de resíduos e coleta seletiva com catadores - articulação de estratégias para neutralização da emissão de gases poluentes

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2011; 2012) e em ME (2011).

Ressalta-se que são variadas metas com diferentes exigências de tempo, recursos financeiros, pessoal e planejamento. Muitas vezes, diversas tentativas para o seu cumprimento, estabelecidas para atendimento às exigências e recomendações da FIFA, não são alcançadas no final do processo.

Compreendendo indicadores quantitativos identificados de acordo com padrões preestabelecidos de responsabilidade socioambiental dos estados e áreas prioritárias do

chamado “Green Goal”, estudo realizado pela E&Y (2010), considerando a realidade brasileira, apresenta os seguintes sete passos para a “Copa Verde”:

- a) conservação de energia e mudanças climáticas – com o princípio de minimizar a pegada de carbono;
- b) reutilização da água – com o propósito de promover a sua conservação, por meio da diminuição do seu uso;
- c) gestão integrada de resíduos – com os intuitos de reduzir, reutilizar e reciclar resíduos com o apoio dos catadores, de modo a incluí-los no processo;
- d) infraestrutura de transporte, mobilidade e acesso – com a meta de alcançar a eficiência energética, pelo uso de meios universais e acessíveis de deslocamento que mitiguem a poluição;
- e) gestão de paisagem e biodiversidade – com o objetivo de conservar a diversidade biológica, por meio da promoção dos ecossistemas naturais;
- f) incentivo aos edifícios verdes e aos estilos de vida sustentáveis – com a diretriz de promover a conscientização acerca dessas alternativas;
- g) construção sustentável – com o direcionamento de assegurar essa tipologia nos processos construtivos e edificações.

Salvador, Gil e Casagrande Júnior (2012) criticam que são mínimos os registros das práticas sustentáveis para a Copa de 2014 e apresentam o exemplo da Arena da Baixada (Estádio Joaquim Américo Guimarães) em Curitiba, Paraná, um dos doze estádios designados para os jogos. O exterior desse edifício foi revestido com policarbonato para melhor climatização dos espaços internos, o que deverá gerar uma economia, segundo previsões daqueles autores, de 30% no sistema de ar condicionado em relação aos modelos convencionais.

Também há exigência de reservatórios de água da chuva para os doze estádios, visando à sua utilização nas descargas dos sanitários e na rega dos gramados e jardins, bem como na limpeza dos espaços externos, dentre outras finalidades (SALVADOR; GIL; CASAGRANDE JUNIOR, 2012). Essa solução atende uma das prerrogativas técnicas oficiais da FIFA (2011) para os estádios e áreas afins na Copa de 2014, a qual indica o armazenamento de água pluvial para irrigação do campo, por exemplo.

Outras recomendações que constam no documento da FIFA (2011) são: compatibilidade ambiental dos locais dos estádios, visando à adequação do aumento do

tráfego de veículos e da grande quantidade de torcedores e pedestres; controle dos ruídos dos jogos; reforço da iluminação dos prédios e dos eventos; redução do sombreamento de propriedades adjacentes; minimização da falta de atividades nas imediações nos períodos sem programações esportivas; e ajuste da escala do projeto em relação aos arredores.

Cabe destacar, ainda, a preocupação com a comunidade do entorno por meio de consulta prévia aos moradores, representantes e autoridades locais durante a escolha do sítio e do projeto, podendo agregar empregos durante a reforma ou construção, com conveniente acesso a programas de esportes e de recreação, dentre outros, visando, conforme preceitos da FIFA (2011), ao aumento da qualidade de vida da população local. De acordo com premissas da mesma federação, previamente ou após a copa, o estádio pode também ser utilizado para outras práticas desportivas e para outros acontecimentos culturais, como *shows* e concertos.

No entanto, constata-se que essas recomendações não foram correta ou totalmente consideradas, principalmente no que tange à comunidade local. Nesse mesmo sentido, Raeder (2010) afirma que, na maioria das vezes, a população residente foi deslocada da sua moradia, enfrentando muitos problemas durante o período dos jogos, e até mesmo posteriormente.

Face ao exposto, verifica-se que as competições esportivas, tanto no exemplo das Olimpíadas como no da Copa do Mundo de Futebol, oferecem oportunidades para projetar assuntos ambientais em nível nacional e em âmbito global, possibilitando o envolvimento das pessoas em prol dessas questões. Com grande potencial de desenvolvimento por essa tipologia de megaevento, o turismo é outra atividade que também deve envolver a comunidade local para a obtenção dos seus próprios benefícios.

3 ATRATIVIDADE DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS PARA O TURISMO

Jogos Olímpicos constituem grandes potencialidades para a criação de substanciais impactos duradouros sobre o crescimento de viagens internacionais para as regiões de sua ocorrência. Para Carvalho (2010), os megaeventos surgem como estratégia de políticas para incremento da economia, já que incluem o desenvolvimento

de centros de convenções, hotéis, restaurantes, *shopping centers* e serviços de comunicação, de forma a inserir uma cidade na rede econômica global.

De acordo com Broudehoux (2010), muitos estudos estão sendo realizados visando à comparação do modo como os legados das cidades são usados para incremento do turismo e para atração de investimentos; no entanto, o que se diagnostica é que o aumento da atividade turística não relacionada a grandes projetos acontece, geralmente, no ano seguinte ao do megaevento, porque muitas pessoas escolhem não visitar o país-sede naquele período por acreditarem que haverá muito movimento.

Além disso, há também o quesito da posição no circuito internacional do turismo. Barcelona, por exemplo, já tinha uma localização privilegiada em 1992, pois a Espanha é o destino de 50 milhões de visitantes estrangeiros por ano – cerca de um para cada habitante do país; no entanto, o Brasil, mesmo com toda a sua extensão territorial e potencial paisagístico, recebe apenas cinco milhões de visitas internacionais a cada ano (OLIVEIRA; GAFFNEY, 2010). Carvalho (2010) acredita que o sucesso dos Jogos de Barcelona residiu no fato de o turismo ter despontado como a principal atividade econômica local, devido à imagem da cidade transmitida durante o evento.

Em 1988, houve requalificação de instalações para a acomodação de visitantes e de eventos culturais e de lazer durante os Jogos de Seul, o que proporcionou um acréscimo de 23% de turistas – estimados em cerca de 2.300.000 pessoas –, gerando expectativas de aumento desse número nos anos posteriores frente à divulgação da cultura milenar coreana promovida pela realização das Olimpíadas (CARVALHO, 2010). Após o evento esportivo, por exemplo, novas linhas aéreas foram abertas e a “indústria de turismo” expandiu significativamente, com mais de meio milhão de turistas adicionais visitando o país durante a década seguinte (POYTER, 2008).

Porém, nem todas as cidades-sede de grandes competições esportivas tiveram sucesso em sua fase pós-evento. Em Atenas, são gastos anualmente US\$ 100 milhões em manutenção da infraestrutura construída para os jogos enquanto as autoridades decidem as melhores alternativas para a sua utilização (MATIAS, 2008). Mesmo na Austrália, após maciços investimentos que antecederam as Olimpíadas de Sydney em 2000, houve acentuada queda em 2001; no período do evento, cerca de 90 navios passaram pela costa australiana, transportando aproximadamente 60 mil turistas; na fase pós-evento, esse número caiu em mais de 50% (MTUR, 2011).

Em contraponto, Solberg e Preuss (2007) apontam que os jogos foram uma excelente oportunidade para promover a Austrália para mercados estrangeiros, com a utilização de uma série de instrumentos para estimular o turismo receptivo, porque, em geral, uma viagem para aquele país é realizada somente uma vez, devido à distância percorrida, principalmente pelos residentes nos continentes americanos e europeus. Conforme a mesma fonte, um dos principais alvos foi o mercado de convenções, que permitiu o crescimento pós-evento (Quadro 3).

QUADRO 3 – RESUMO DE IMPACTOS DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 1988 A 2012 NO TURISMO E NA ATRATIVIDADE SOCIOECONOMICA DAS RESPECTIVAS CIDADES-SEDE

CIDADE-SEDE	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Seul, Coreia do Sul, 1988, XXIVª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - requalificação de instalações para a acomodação de visitantes - abertura de novas linhas aéreas - aumento de mais de meio milhão de turistas no país durante a década seguinte 	<ul style="list-style-type: none"> - sem registros
Barcelona, Espanha, 1992, XXVª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - maior aumento de turistas das seis cidades analisadas - aumento de 105% nos pernites em comparação com o período anterior ao evento 	<ul style="list-style-type: none"> - sem registros
Atlanta, Estados Unidos da América, 1996, XXVIª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - criação do Centennial Olympic Park, fomentador de turismo e convenções na decadente área central 	<ul style="list-style-type: none"> - inexistência de aumento significativo sustentado de médio ou longo prazo - exigência de visto consular
Sydney, Austrália, 2000, XXVIIª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - utilização de navios como meio de hospedagem 	<ul style="list-style-type: none"> - interferência no período pós-evento pelo atentado terrorista de 11 de setembro de 2001
Atenas, Grécia, 2004, XXVIIIª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - utilização de navios como meio de hospedagem 	<ul style="list-style-type: none"> - manutenção de alto custo das instalações turísticas pós-evento (sem novos usos) - insuficiência de meios de hospedagem tradicionais para atendimento à demanda
Pequim, China, 2008, XXIXª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - fortalecimento do setor de convenções, feiras e congressos 	<ul style="list-style-type: none"> - supervalorização dos preços para os turistas
Londres, Inglaterra, 2012, XXXª edição dos jogos	<ul style="list-style-type: none"> - criação do programa “Changing Places” (Mudando de Lugar) com transformação de turistas em voluntários no apoio às comunidades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - queda de aproximadamente 50% no número global de turistas durante os jogos - diminuição do turismo interno europeu

Fonte: Elaborado com base em referências consultadas, especialmente em Matias (2008), em Poyter (2008) e em Solberg e Preuss (2007).

No caso dos jogos realizados em continente americano, não houve acréscimo no fluxo de turistas capaz de tornar a cidade de Atlanta (EUA) um ponto de grande visitação, ou seja, não houve qualquer aumento sustentado de médio e longo prazo no

setor turístico, apesar de benefícios terem sido notados em outros segmentos da sociedade (MIHALIK, 2003). Já nos casos dos jogos de Pequim e de Londres, a elevação dos preços afastou grande parte dos possíveis visitantes. No caso chinês, a ampla distância dos continentes americano e europeu também dificultou a viagem (JIA, 2007).

Vale destacar, por outro lado, que em termos de promoção da imagem do destino turístico durante uma grande competição esportiva, a mídia não mostra somente os jogos, mas também diversas outras informações das cidades nas quais serão disputadas as partidas, além de dados gerais sobre o país-sede (SOLBERG; PREUSS, 2007). Depreende-se, então, que é fundamental que a imagem a ser divulgada para o mundo seja positiva, gerando uma “paisagem competitiva” em termos internacionais; porém, o contrário também pode gerar grandes prejuízos.

Assim, é importante a criação de soluções alternativas para que o incremento do turismo não constitua um legado negativo. Por exemplo, cidades que comportam portos marítimos podem contratar navios de cruzeiros para diminuir a pressão da demanda excessiva de alojamentos exigida pelos eventos (SOLBERG; PREUSS, 2007).

Do lado das receitas geradas, outro fator, segundo Poyter (2008), é constituído pelos impactos das Olimpíadas sobre as cidades-sede que têm sido particularmente dependentes de resultados favoráveis de mais longo prazo, fenômeno que se tornou conhecido como “evento-turismo”. Conforme o mesmo autor, seu efeito multiplicador é um dos legados-chave de maior duração que as gestões de cidades olímpicas têm buscado para a ampliação de vantagens competitivas, especialmente desde o sucesso de Barcelona e Seul.

A Olimpíada de Sydney reflete essa estratégia, na qual os governos da cidade e nacional buscam promover a imagem da Austrália como uma vibrante destinação turística. Medir o efeito multiplicador, contudo, não é algo assim tão objetivo. O aumento do turismo pode ser medido, por exemplo, calculando-se o número de visitantes adicionais antes, durante e após o evento, seu período de permanência e seus padrões de consumo. Contudo, tais evidências têm que ser cotejadas em relação, por exemplo, com o deslocamento de turistas de outras atrações regionais e nacionais, aqueles que deixaram a cidade durante o período do evento e os que desistiram de fazer uma já planejada visita com receio de a cidade estar “lotada”. Não obstante, o legado de turismo é um importante componente das receitas relacionadas à Olimpíada, com muitas recentes cidades-sede reportando significativos melhoramentos em infraestrutura de hotéis e turismo, bem como duradouros benefícios positivos nos setores de conferências, feiras e congressos de negócios (POYTER, 2008, p. 134).

A título de exemplificação, o Ministério do Turismo (MTUR, 2011) menciona que, no caso da África do Sul, sede da Copa do Mundo de Futebol de 2010, o sistema de controle de movimento registrou cerca de 1,4 milhão de estrangeiros no país durante o evento, representando um aumento de aproximadamente 25% quando comparado ao mesmo período de 2009, e em avanço significativo em confrontação com os 660 mil turistas estrangeiros registrados em 1994.

De acordo com informações de MTUR (2011), os passageiros que possuíam ingressos para os jogos utilizaram o *metrorail* livremente para acesso aos estádios, com o objetivo de evitar atrasos e congestionamentos nas estradas, sendo transportados cerca de 1,5 milhão de passageiros, em 2.256 viagens. Contudo, planejando o futuro, o Departamento de Transportes comprou 700 ônibus para uso durante o evento, que agora são utilizados para substituir a frota da empresa, como parte de um programa de legado global (MTUR, 2011).

Grandes eventos esportivos internacionais, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol, são especialmente atrativos para o setor turístico, podendo ser considerados como responsáveis por impactos e legados positivos de larga escala. Mas, são necessários o estabelecimento de estratégias e a alocação de investimentos voltados ao incremento do turismo em longo prazo, tornando-o uma atividade econômica persistente para as localidades-sede, exigindo, para tanto, a adoção de princípios sustentáveis.

Para Kanni (2011), o desenvolvimento turístico pode ter dois enfoques distintos. O primeiro se refere à implantação e operação de organizações atuantes na atividade, seja nos núcleos emissores, seja, majoritariamente, nas localidades receptoras. O segundo se volta ao turismo como um todo e seus respectivos fatores. O desenvolvimento sustentável de destinos não aborda apenas o adequado aproveitamento de atrativos e a operação das organizações prestadoras de serviços do setor, mas principalmente a infraestrutura que serve não somente aos turistas, como também às próprias comunidades locais, como são os casos do suprimento de energia; do abastecimento de água; da coleta e tratamento de esgotos sanitários e de resíduos sólidos; e dos serviços de segurança, comunicações, educação e saúde, dentre outros (KANNI, 2011). Esses fatos evidenciam que muitos dos problemas atribuídos ao

turismo na verdade não têm apenas nessa atividade um vetor exclusivo de pressão indutora.

Sem dúvida, há inúmeros problemas “trasladados” dos núcleos emissores para o lugar visitado por conta da escala de usuários sazonais que usufruem de alguns desses serviços públicos; contudo, o fato é que, em muitos casos, há problemas estruturais na sociedade como um todo, e como governos, órgãos legislativos e entes privados gerenciam tais processos de maneira não sustentável, por exemplo, a questão de saneamento básico, que não deveria se limitar a uma rede de simples coleta, mas estender-se ao tratamento das águas servidas (KANNI, 2011, p. 207).

Os megaeventos esportivos aumentam a necessidade de uso massificado da infraestrutura, pois uma determinada localidade recebe, por um curto período de tempo, uma quantidade muito maior de pessoas do que sua capacidade habitual, gerando significativos impactos, principalmente de ordem socioambiental (KANNI, 2011).

Um grande evento bem-sucedido é aquele organizado sem desperdício de recursos públicos, com transparência de gestão e com capacidade para efetivação de legados que justifiquem os altos investimentos, como a infraestrutura para a realização de outros megaeventos e a renovação de aparelhos urbanos (E&Y, 2010).

Da interpretação do levantamento dos aspectos positivos e negativos elencados, evidencia-se que as ações têm reduzida relação com quesitos ambientais e que as administrações urbanas não souberam aproveitar alternativas sustentáveis para a atração de maior quantidade de visitantes e o consequente desenvolvimento da atividade turística local.

Percebe-se que as ações que tangenciam a sustentabilidade e o turismo dizem respeito principalmente a tecnologias de reuso da água em hotéis, alojamentos e outros espaços similares, ou de dispositivos de acendimento automático das luzes para economia de energia.

Portanto, considera-se que ficam evidentes os vários reflexos decorrentes dos megaeventos, principalmente nos contextos da organização urbana, da estruturação da infraestrutura, da formulação das políticas públicas, da assimilação dos legados sociais, da apropriação de soluções voltadas à sustentabilidade e do desenvolvimento do turismo, dentre outros, tornando possível a constatação de diversos aspectos, tanto positivos quanto negativos. No entanto, esses últimos poderiam ser prevenidos ou minimizados, especialmente nas fases pré e pós-evento, diante de adequado processo de

planejamento, ou seja, ecologicamente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente aceito (SACHS, 2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais reflexões advindas do presente estudo reside na assertiva de que, para a salvaguarda da sustentabilidade em um megaevento esportivo, sua infraestrutura – previamente existente ou especificamente criada para essa finalidade – deve inserir, de forma integrada, imprescindíveis variáveis ambientais e socioeconômicas. No entanto, os resultados evidenciam que a maioria das ações em grandes eventos anteriores, especialmente em se tratando de Jogos Olímpicos, foi pontual e isolada, não produzindo os devidos benefícios para as cidades-sede e para as populações locais.

Mesmo que alguns impactos negativos gerados por megaeventos esportivos sejam difíceis de serem controlados, como, por exemplo, o aumento da emissão de gases poluentes, fato constatado em muitas cidades, medidas compensatórias dos prejuízos causados devem ser estipuladas para relativo equilíbrio socioambiental. Assim, torna-se imperativa a determinação de políticas públicas nesse sentido, na própria etapa de planejamento dos jogos, visando à garantia de expressivos ganhos ao longo do processo e, principalmente, após a realização das competições.

Outra comprovação relevante é que a maioria das cidades olímpicas não foi contemplada com plano de conscientização ambiental fortalecido entre moradores e turistas, o que dificulta ainda mais a efetivação de ações sustentáveis.

No âmbito do turismo, níveis adequados de limpeza, transporte público eficiente, atrativos turísticos conservados, preços acessíveis e ampla oferta de meios de hospedagem são alguns dos requisitos para a promoção do desenvolvimento de cidades-sede de megaeventos.

Não são somente os aspectos positivos e negativos relacionados ao ambiente e ao turismo devem ser levantados e questionados, visando à concretização de avanços para as próximas sedes de grandes eventos esportivos. A gestão da imagem também é um importante legado, podendo ser favorável se houver a percepção, por parte dos

moradores e dos visitantes, de que o acontecimento deixou resultados profícuos para a sociedade como um todo e não somente significativas dívidas, ou simplesmente aumento no número de visitantes e no volume de receitas. Muitas vezes, os efeitos propícios são absolutamente efêmeros e, se não corretamente planejados, não produzirão consequências duradouras.

5 REFERÊNCIAS

BARRETT, C.; DYCKHOFF, T. **Architecture of London 2012**: vision design legacy. London: Dyckhoff, 2012.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2006.

BRASIL. **Portal da Copa**: *site* do governo federal brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014 – matriz de responsabilidades. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>>. Acesso em: 10/11/2011.

BRASIL. **Portal da Copa**: *site* do governo federal brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br>>. Acesso em: 13/08/2012.

BROUDEHOUX, A. M. Megaeventos: o futuro do planejamento ou o planejamento como futuro? **E-Metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 3, n. 1, p. 29-34, dez. 2010.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, M. N. S. **O desporto e a requalificação urbana da cidade** – paradoxos e conflitualidades nos Jogos Olímpicos de Verão, no período compreendido entre 1960 e 2008. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desporto) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

E&Y – Ernst & Young. **Brasil sustentável**: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2010. Disponível em: <<http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/922.pdf>>. Acesso em: 05/01/2013.

FIFA – Fédération Internationale de Football Association; Federação Internacional de Futebol. **Estádios de futebol**: recomendações e requisitos técnicos. 5. ed. Zurich, 2011.

GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A.; FREY, K. Grandes Projetos Urbanos: evolução conceitual à luz da gestão urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO – ENANPUR, XIV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal Fluminense – UFF, 2011. p. 1-16.

GREENPEACE. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos>>. Acesso em: 12/06/2013.

HALL, C. M. Sustainable mega-events: beyond the myth of balanced approaches to mega-event sustainability. **Event Management**, v. 16, n. 2, p. 119-131, abr. 2012.

HARDT, L. P. A. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. de. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 157-170.

JIA, H. **The Real China and the Olympics**. 2007. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2008/feb/27/china.humanrights>>. Acesso em: 27/06/2013.

KANNI, F. Desenvolvimento turístico e gestão da sustentabilidade – perspectivas de novos processos de certificação. In: TELES, R. M. S. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 205-216.

LE BEL, P. M. Os Jogos Olímpicos podem não ter fim: algumas advertências sobre o legado olímpico à luz da experiência de Montreal. **E-Metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 2, p. 55-59, set. 2011.

LEME, A. F. P. Revisão descritiva do modelo East London para legados de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. In: COSTA, L. da; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte – ME, 2008. p. 211-216.

MASCARENHAS, G. Barcelona – 1992: um modelo em questão. In: COSTA, L. da; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte – ME, 2008. p. 189-193.

MATIAS, M. Os efeitos dos megaeventos esportivos nas cidades. **Turismo e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 176-198, 2008.

ME – Ministério do Esporte. **1º Balanço da Copa 2014**. Brasília, 2011.

MIHALIK, B. J. Host population perceptions towards the 1996 Atlanta Olympics: benefits and liabilities. In: MOROGAS, M; KENNETT, C; PUIG, N. (Org.). **The legacy of the Olympic Games: 1984-2000**. Lausanne: Olympic Studies Centre of International Olympic Committee – IOC, 2003. p. 339-345.

MTUR – Ministério do Turismo. **O turismo e a Copa do Mundo**: Brasil 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.turismo.gov.br>>. Acesso em: 24/01/2011.

OLIVEIRA, N. G. de; GAFFNEY, C. T. Rio de Janeiro e Barcelona: os limites do paradigma olímpico. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. XV, n. 895, p. 17, nov. 2010.

OLYMPIC. **Olympic Games**. Disponível em: <<http://www.olympic.org/olympic-games>>. Acesso em: 12/06/2013.

PREUSS, H. Economic impacts of mega events: FIFA World Cup and Olympic Games. In: COSTA, L. da; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte – ME, 2008. p. 103-105.

POYTER, G. From Beijing to Bow Bells: measuring the olympics effect 2006. In: COSTA, L. da; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte – ME, 2008. p. 121-152.

RAEDER, S. Rio 2016 e o urbanismo olímpico. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. XV, n. 895, nov. 2010.

RAEDER, S. Conflitos no ordenamento territorial em grandes eventos esportivos. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2011. p. 259-286.

ROCHE, M. Mega events and urban policy. **Annals of Tourism Research**, New York, v. 21, n. 1, p. 1-19, 1994.

RUBIO, K. Os Jogos Olímpicos e a transformação das ciudades: os custos sociais de um megaevento. **Biblio 3W. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194, p. 1-12, ago. 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. (Coleção Ideias Sustentáveis).

SALVADOR, S. F. T.; GIL, A. H. C. F.; CASAGRANDE JUNIOR, E. F. Sustentabilidade nas construções da Copa de 2014 em Curitiba. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, n. 14, p. 77-91, 2012.

SANTOS, C. R. dos; HARDT, L. P. A. Qualidade ambiental e de vida nas cidades. In: GONZALES, S. F. N.; FRANCISCONI, J. G.; PAVIANI, A. **Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria, prática**. Brasília: Editora da Universidade Nacional de Brasília – UnB, 2013. p. 151-168.

SEIXAS, J. Os megaeventos na cidade: imagem social, política econômica e governança urbana. **E-Metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 2, n. 1, p. 4-9, set. 2010.

SOLBERG, A.; PREUSS, H. Major sport events and long-term tourism impacts. **Journal of Sport Management**, v. 21, p. 229-230, 2007.

VILLANO, B.; TERRA, R. Definindo a temática de legados de megaeventos esportivos. In: COSTA, L. da; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte – ME, 2008. p. 103-105.

Recebido em: 23-11-2013.

Aprovado em: 23-12-2013.